

Para candidatos, recuos não são comprometedores

22 SET 1986

por Ediana A. Balleroni
de São Paulo

Passados os primeiros momentos que sucederam a entrega do projeto constitucional ao presidente Sarney, as opiniões dos políticos deixam de ser emocionais e, em alguns casos, são até otimistas. Florestan Fernandes e Bolívar Lamounier, sociólogos, acreditam que a proposta espelha o momento que a sociedade vive. Ambos concorrem a uma vaga no Congresso Constituinte.

AS DECLARAÇÕES

Fernandes, candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), afirmou que havia a expectativa de um projeto altamente conservador, "mais próximo do arremedo de Constituição que temos". Contudo, disse ele, a proposta apresenta aspectos avançados — como quando trata da questão do aborto, do negro etc. — e em outros mantém-se presa à matriz conservadora, presente na Comissão (como quando trata das Forças Armadas, da iniciativa privada e das relações da iniciativa privada com o Estado). Para Fernandes, essa falta de homogeneidade espelha as contradições existentes hoje na sociedade, dando uma mostra do que vai ocorrer no Congresso Constituinte. "O poder econômico busca eleger representantes fiéis, mas não crio que eles poderão ser tão fiéis assim. É sintomático que as primeiras manifestações da Presidência da República sobre os resultados da Comissão que ela criou sejam no sentido de não endossá-los. Todo esse quadro demonstra que a sociedade está fermentando, que ela não aceitou a forma como foi convocada essa falsa Constituinte. Se há razões para decepção, há muitos motivos para se ter esperanças. Não se pode afirmar de antemão o que irá acontecer", declarou o sociólogo.

Flávio Bierrenbach, candidato a deputado federal pelo PMDB, disse ter-se surpreendido com o resultado dos trabalhos da Comissão, pois, segundo ele, prevaleceram as teses mais progressistas e afinadas com a realidade brasileira. Citou como exemplo o elenco de direitos e garantias individuais, o capítulo das Forças Armadas e o conceito de propriedade. A despeito disso, considera negativo o Congresso Constituinte instalar-se com "essa espécie de prato-feito, que o governo

— que certamente terá maioria — fará o possível para aprovar, reduzindo ainda mais o baixo coeficiente de participação popular".

Plínio de Arruda Sampaio, candidato a deputado federal pelo PT, disse que o ponto central não foi atacado pela proposta: a reformulação do direito de propriedade. Para Plínio Sampaio, o conceito permanece o mesmo das Constituições de 1946 e 1967. Conforme afirmou, se o direito de propriedade não é modificado, o resto torna-se declarações de boas intenções. "Garantias de escola, moradia, saúde, etc. já estavam previstas nas outras Constituições: o papel aceita tudo. Embora não tenha apreciado a parte tributária, afirmo que só a reformulação do conceito de propriedade pode permitir a redistribuição da renda, a reforma urbana e a reforma agrária, o que efetivamente modificaria a sociedade", disse Plínio Sampaio.

A CLASSE EMPRESARIAL

Bolívar Lamounier, membro da Comissão de Estudos Constitucionais e candidato a deputado federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), classificou as primeiras críticas à proposta — de ser estatizante, nacionalista, socializante — como um exagero. Para o sociólogo, qualquer interpretação do projeto da Comissão tem de ser feita à luz do regime parlamentarista e do Plano Nacional de Desenvolvimento, propostos no projeto. Conforme afirmou, o parlamentarismo significaria a revalorização do Congresso, o que seria uma garantia para o empresariado. Para Lamounier, há mais razões para a classe empresarial sentir-se ameaçada em um regime presidencialista acompanhado de um Congresso fraco, porque a estabilidade institucional fica condicionada à popularidade do presidente e esta, por sua vez, amarrada ao sucesso de medidas econômicas. "É um projeto voltado para a estabilidade política", pois o capitalismo só será viável no Brasil se houver uma rápida redução das desigualdades sociais, e isso exige a interferência do Estado, pois a economia livre em um país onde só pequena parcela da população consome não tem meios de viabilizar o regime de mercado. É a Carta de um período de transição", declarou Lamounier.

Sarney desmente crítica ao anteprojeto

por Eliana Simonetti
de Brasília

A Comissão de Estudos Constitucionais divulgou, na sexta-feira, informação de que o presidente José Sarney telefonou ao professor Afonso Arinos de Melo Franco para desmentir a notícia de que teria qualificado o projeto proposto para debate na Constituinte de estatizante e feito reparos ao sistema semiparlamentarista proposto.

Um dos membros da Comissão, que encerrou na semana passada sua tarefa de elaborar a proposta para a Constituinte, o cientista político Hélio Jaguaribe, rebateu as críticas de alguns setores empresariais contra o caráter estatizante do projeto. Para ele, a comissão "apenas entrega à iniciativa privada a função de gerar riquezas submetida a um crivo social". Na sua definição, "os artigos que tratam da ordem econômica representam uma proposta aberta de economia de mercado socialmente regulada". Um dos artigos do projeto diz que "a atividade econômica será realizada pela iniciativa privada, resguardada a ação supletiva e reguladora do Estado, bem como a função social da empresa". O professor explica que o modelo econômico proposto garante a remuneração do capital, determinando que o excedente de lucro seja repassado em benefício da sociedade.

Brossard diz que o trabalho será utilizado

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao comentar a decisão do presidente Sarney de não encaminhar ao Congresso Nacional o anteprojeto constitucional da Comissão Afonso Arinos, afirmou que o governo não tem projeto oficial. Para o ministro, a comissão provisória cumpriu seu papel e as suas propostas pertencem agora à sociedade e ao País.

Segundo o ministro da Justiça, até 1º de fevereiro de 1987, quando serão empossados os constituintes encarregados de elaborar a nova Carta Magna, abre-se um período (quatro meses e meio) razoável de tempo para a discussão do trabalho da Comissão.

Esse trabalho é público, tenho certeza de que a Assembleia Constituinte não vai ignorá-lo. Ele não foi em vão e está aberto à análise dos competentes e até ao juízo dos incompetentes, declarou.

Paulo Brossard negou também que o governo teria decidido arquivar o projeto por ele modificar o sistema de governo de presidencialista para parlamentarista e lembrou que ele próprio é parlamentarista.

O ministro da Justiça esteve na sexta-feira durante dez minutos no Supremo Tribunal Federal (STF) para ser notificado a respeito da interpelação judicial que o PT está movendo por suas declarações à imprensa sobre os conflitos em Leme, interior de São Paulo. O ministro terá agora, de acordo com a lei, prazo até a próxima terça-feira para confirmar ou não as entrevistas em que teria acusado o partido de envolvimento no incidente que causou a morte, em julho último, de dois bóias-frias. O ministro Paulo Brossard chegou ao Supremo Tribunal às 14h10, acompanhado de seu assessor Léo Iolovitch. Ao sair, Brossard cumprimentou alguns advogados e, ao ouvir a pergunta se gostara da charge publicada no jornal O Globo da edição do dia 18 último, assinada pelo cartunista Chico, respondeu em tom de brincadeira: "Me puseram montado segurando o rabo da vaca, no Rio Grande não se monta assim".

"Faltou um juiz na Comissão Arinos"

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sydney Sanchez, criticou, durante o X Congresso Brasileiro de Magistrados, no Recife, a não participação de um magistrado na Comissão Afonso Arinos, que elaborou o anteprojeto constitucional entregue quarta-feira ao presidente José Sarney. Para ele, a inclusão de pelo menos um juiz na comissão teria sido de grande importância para o anteprojeto constitucional.

Segundo o ministro, a participação de um magistrado aprimoraria a Comissão Afonso Arinos na parte relativa ao Poder Judiciário e à magistratura nacional. Por isso, acha que era muito importante a convocação de um juiz. Acrescentou que pelo menos o presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, desembargador Milton Martins, deveria ter sido membro da comissão, "porque representa toda a magistratura e teria condições de transmitir as reivindicações dos juizes".

Na opinião de Sydney

Sanchez, mesmo sem a participação de um magistrado, a Comissão Afonso Arinos produziu "resultados liberalizantes" e de interesse de todo o povo, embora o STF discorde de alguns pontos incluídos no anteprojeto constitucional.

Ele citou como exemplo a criação de um Superior Tribunal de Justiça, que o anteprojeto defende, mas da qual o STF discorda totalmente, por entender que isso seria um entrave entre os Tribunais de Justiça dos estados e o próprio STF.

Ao falar da importância de algumas sugestões enviadas à Comissão Afonso Arinos pelo STF e que foram aproveitadas no anteprojeto constitucional, o ministro disse que todas as entidades de classe do País devem enviar aos constituintes eleitos as suas reivindicações, para que seja elaborada uma nova constituição que tenha condições de atender aos desejos da população, e não apenas servir aos interesses de uma minoria privilegiada.

(AG)